

HERANÇA PORTUGUESA NA ÁSIA: Timor-Leste e seus desafios contemporâneos: educação e soberania

Maria Inez Salgado¹ (Mestrado em Educação, PUC-MG)

RESUMO

O artigo tem como objetivo traçar uma análise histórico-cultural de Timor-Leste, ex-colônia portuguesa no Sul da Ásia, hoje independente e em processo de reconstrução do ponto de vista de suas realidades política, econômica e cultural. O presente estudo nasce da análise da realidade histórica e sócio-educacional do país, sob o impacto das injunções políticas criadas pela interferência de agentes externos, no âmbito de programas de ajuda ao seu desenvolvimento, bem como das peculiaridades culturais que marcam a formação histórica daquela sociedade. Procura-se descrever aqui o pano de fundo dessas políticas. Chama-se a atenção para as vicissitudes históricas de país dominado, que levaram à busca pela soberania tardiamente, as quais ainda se fazem presentes no contexto atual da vida timorense.

Palavras-chave: Timor-Leste – história - ajuda externa - reestruturação da educação.

ABSTRACT

This article is intended to offer a historical and cultural perspective of analysis focused on Timor-Leste, a Portugal's ex-colony in South Asia. Today an independent country it is being reconstructed in terms of its political, economic and cultural identities. This paper is due to tackle with the presence of many multilateral agents involved at the educational restructuring of the country. The article pursue to describe the background of the new policies, to put them in contrast with the historical development of that society such as the foreign domination, the late independence and the way those factors have influenced the Timorese life.

Key- words: Timor-Leste – history - education restructuring policies.

¹ Key- words: Timor-Leste – history - education restructuring policies.

Maria Inez Salgado de Souza é Doutora em Educação Comparada pela University of London Institute of Education. E-mail: mariainezsalgado@uol.com.br

Introdução

Para se entender o contato entre culturas tão longínquas, como a portuguesa e as asiáticas, tanto no aspecto espacial como nas inúmeras diferenças de natureza histórica e etnográfica, recorreremos aqui aos estudos de antropólogos e etnógrafos, além dos historiadores. Eles nos guiarão por essa incursão à história do contato entre as culturas que se encontraram em Timor, desde o século XVI e que tem sido revisitado, na atualidade, pela contribuição de outras culturas tanto de origem ocidental, como ainda de outros povos da Ásia.

Para tanto, subdividimos nosso texto em dois momentos: no primeiro momento, falaremos do contato entre as duas culturas bipolares – portuguesa e timorense – e as colocaremos dentro do pano de fundo das grandes navegações e da expansão marítima europeia, que deu origem aos impérios coloniais. Na segunda parte deste trabalho nos deteremos ao fenômeno de Timor-Leste, país que percorreu um longo caminho: de enclave do império português no arquipélago Indonésio, até sua independência final, depois de um quarto de século sob domínio indonésio, já às portas do século XXI.

1ª Parte

1- Explicações conceituais sobre o fenômeno do contato entre culturas

Para entender o contato entre as culturas, que nos ajudará a compreender as questões sob análise neste artigo, fomos buscar na Antropologia, bem como na História, algumas explicações. A noção de economias-mundo, cunhada pelo francês Fernand Braudel (cf. ORTIZ, 1994), parece ser de utilidade para compreender o fenômeno do contato entre mundos na época pré-colonial. No início da Idade Moderna haveria essas civilizações fechadas concentricamente, que tinham contatos com outras economias-mundo, como a europeia, mas eles se reduziam a um comércio esporádico e a pouquíssimas trocas culturais. China, Japão e Islã, ou domínios árabes e muçulmanos, constituíam-se em povos que se bastavam e que comerciavam entre seus pares. O caminho das Índias ou a rota das especiarias foi um acontecimento de grande significação para o mundo de então, pois colocou o europeu frente à frente com outros povos, outras culturas, outras paisagens. Ao mesmo tempo deu-se, com as viagens marítimas de portugueses e

espanhóis, a difusão dos valores e crenças ocidentais, fortemente apoiados pela fé cristã.

No campo antropológico, esse encontro entre povos e culturas tão diversos resultou numa nova ciência, nascida da necessidade de explicação do fenômeno do encontro (ou desencontro) de civilizações. Foi desenvolvendo-se, então, uma cartografia social dos povos, nascendo assim a etnografia, que depois evoluiria para o entendimento e a interpretação das diferentes culturas, suas estruturas e suas contribuições ao meio social.

Os historiadores são unânimes em apontar as crenças e o proselitismo cristão dos povos ocidentais, desde os primeiros navegadores e exploradores europeus, fossem católicos portugueses ou protestantes holandeses e ingleses, enfatizando o seu etnocentrismo. Chegando à América e à África, esses europeus são responsáveis pela destruição de impérios e pela desarticulação de crenças autóctones. Mas o mesmo não acontecerá com as conquistas da Ásia. Nas terras e ilhas banhadas pelo Índico foram encontradas culturas nas quais subsistiam filosofias seculares e universais, que souberam se contrapor e resistir à tentativa de hegemonia do europeu invasor. Esses povos recém-visitados, ou se tornariam amigos pela negociação e a diplomacia, ou inimigos tenazes, que não admitiriam a intromissão em suas crenças, costumes e estratificação social. Assim aconteceu na Índia, na China e no Japão onde, na maioria dos casos, os soberanos não só se recusaram a converterem-se à fé católica, como deram combate e proibiram os súditos de fazer comércio com os capitães portugueses. Estes, depois das primeiras ofensivas, acabaram por se acomodar e ficar apenas onde lhes era permitido pelos antigos senhores da terra, com o fim de comercializar de acordo com as regras impostas pelos orientais. A solução foi, então, criarem-se as chamadas feitorias, entrepostos de comércio dotados de fortificações, onde implantaram, ainda, igrejas, escolas e hospitais para doentes e feridos nas batalhas.

Desse modo, surgiram as possessões portuguesas de Goa, Cochim, Malaca, na Índia e regiões do Índico e Macau, na China. Havia um comércio ativo entre essas regiões onde os portugueses iam, principalmente, buscar as especiarias (pimenta, cravo e canela) e as trocavam, na China, por seda e porcelanas.

Malaca, na península ao sul do Índico de mesmo nome, provavelmente foi o local de onde partiram expedições semi-autônomas de mercadores que acabaram chegando a Timor Oriental.

Há um refluxo desse comércio com o Oriente no século XVII, com a atenção dos portugueses voltando-se mais para a América, onde estava o Brasil, sua colônia mais rica. No entanto, as feitorias e possessões de Goa, Macau e Timor Oriental são preservadas e voltarão a ter importância, ainda que relativa, para o Império português, após 1822, com a independência do Brasil.

2- Um balanço do império marítimo-colonial português na Ásia

Segundo o historiador Lincoln Secco (2004), a tarefa “civilizatória” do “subimperialismo lusitano” foi de pequeno alcance para as populações dos territórios dominados, mas nem sempre ocupados em definitivo por Portugal. Faltava, para unir territórios e povos dispersos, inculcar um conceito de “nação” que, segundo Mauss (apud ORTIZ, *ibid.*, p. 43), é constituído por um espaço integrado a um poder central, articulando uma “unidade mental e cultural” de seus habitantes. Nesse caso, não é a violência ou a coerção administrativa do poder que importa, mas a existência de um ideal comum, partilhado por todos. Segundo observa Ortiz (*op. cit.*, p. 93):

O tema da dominação não se restringe às dimensões política e econômica: a rigor a própria especificidade das culturas nacionais estaria em risco diante da ameaça da cultura estranha. Neste sentido, ontologicamente, o nacional se contrapõe ao que vem de “fora”.

Tanto da Ásia como da África, particularmente, diferentes tradições e identidades parciais étnicas, lingüísticas e culturais conviviam nas unidades administrativas criadas pelo colonizador. Um dos traços enfatizados por historiadores do colonialismo português é o racismo institucionalizado e a exclusão como ideologias do colonizador. Comprovando esta afirmativa, Lincoln Secco aponta um levantamento estatístico de 1959 sobre as colônias portuguesas onde se vê que, ao lado de um índice ínfimo de brancos, nesses territórios o número de assimilados também é irrisório. Vê-se assim que, de fato, durante a época colonial (devido, muitas vezes, às dificuldades da metrópole em custear seus domínios de além-mar), pouco se cuidou de povoar, desenvolver e educar os territórios conquistados.

Ainda assim, as populações locais e suas lideranças procuraram construir suas nações segundo modelos das populações de origem européia, quando dos movimentos

independentistas, pois toda uma estrutura organizatória e administrativa havia se fixado. O que se viu, porém, na maior parte dos casos, foi a troca da dominação colonial direta pela ascendência econômica subimperialista, como foi o caso da ocupação de Timor pela Indonésia, em 1975.

2ª Parte

3- Uma breve história do domínio colonial em Timor-Leste

As ilhas orientais de Sunda Menor, incluindo Timor, foram sempre as regiões mais pobres do arquipélago da Indonésia.. A pobreza em Timor devia-se ao solo pobre (os solos vulcânicos em Bali e Java eram mais férteis) e ao clima irregular. O seu único produto de valor era a madeira de sândalo, mas os holandeses acabaram por ocupar o porto principal – Kupang – e as regiões da parte ocidental da ilha, de onde dominaram o comércio do sândalo.

Durante séculos, Timor-Leste, formada por pequenos reinos, continuou governada por seus chefes locais, os chamados liurais, os quais tinham total controle sobre as divisões administrativas dos sucos que, por sua vez, eram formados por um conjunto de aldeias. Essas divisões políticas e étnicas permaneceram inalteradas, mesmo após a chegada dos portugueses e formam, ainda hoje, a base da sociedade timorense em que o liurai representa o protetor, autoridade religiosa e senhor dos corações e mentes.

A chegada dos portugueses deu-se ainda no século XVI. Foram mercadores do Índico, acompanhados por missionários religiosos, os primeiros a fazer contato com os timorenses. Na verdade, durante todo o período colonial, a Igreja teve papel preponderante sobre os colonos civis e militares. Os missionários adaptaram-se melhor à estrutura daquela sociedade comunal, que era essencialmente orientada pelas idéias de unidade, hierarquia e parentesco. Na dinâmica do grupo social, o processo de decisão era baseado na discussão e no consenso, com a concordância de todos. Atribui-se, pois, a essa organização social fragmentada em divisões territoriais, mas solidária quanto aos laços tribais, a resistência frente aos primeiros esforços de dominação pelos portugueses.

Assim, de início, a estrutura colonial reduzia-se a simples feitoria para a troca, com os locais, de seus produtos principais: sândalo, copra e borracha a princípio e,

finalmente, o café. Os portugueses só estabeleceriam uma administração direta após o declínio da carreira da Índia, já no século XVIII . Assim, a colonização dessa parte sul da Ásia pelos portugueses dependerá, e muito, da participação de mercadores autônomos e da atuação dos religiosos. Em 1558 foi fundada a diocese de Malaca, na península de mesmo nome, esse braço português, no Índico, subsiste até o século XVIII. Desse posto avançado, partem os missionários que irão evangelizar o Japão, Macau e Timor Oriental. No entanto, a conversão ao catolicismo em Timor deu-se, principalmente, entre a elite educada e, até 1975, segundo historiadores, apenas 30% dos timorenses eram católicos praticantes. As manifestações animistas continuavam coexistindo com a fé católica dos recém-conversos (SMYTHE, 2004).

Desde 1940, quando é criada a diocese de Dili, ligada à diocese de Goa, os bispos católicos terão uma liderança indiscutível na sociedade timorense. Educandários católicos são os celeiros de formação dos jovens timorenses e de líderes religiosos e políticos, mais tarde, com a criação do seminário de Dare. Em 1975, com a Revolução dos Cravos em Portugal, a metrópole se desinteressa pela sorte da colônia, sem importância econômica e estratégica, sob seu ponto de vista. Tem início, nesse mesmo ano, uma guerra civil, com partidos pró-independência e pró-integração à Indonésia, demarcando ideologicamente o conflito que se inscreve de maneira direta na luta anticolonial, segundo as duas posições antagônicas da Guerra-Fria: socialistas e capitalistas.

A independência, proclamada em 28 de novembro de 1975, dura apenas dez dias, até a invasão do território pelas tropas da Indonésia. O que se seguiu, então, foi um interregno de violência e terror, com a partida de milhares de timorenses para o exterior. Os que ficaram ou se submeteram aos novos donos do país, ou se refugiaram nas montanhas, de onde resistiram num movimento de guerrilha, conduzido principalmente pela FRETILIN, que durou vinte e quatro anos.

3) Timor-Leste na atualidade: a busca da soberania e autodeterminação

Observa Renato Ortiz (op. cit, p. 104) que: “A civilização mundial, ao nos situar em outro patamar da história, traz com elas desafios, esperanças, utopias, mas engendra

também novas formas de dominação. Entendê-las é refletir sobre as raízes de nossa contemporaneidade”.

A história recente de Timor-Leste passa por tudo isso de que nos fala Ortiz e a forma de dominação engendrada, com relação àquele pequeno território asiático, muda segundo as épocas históricas, como foi descrito na primeira parte deste trabalho e ruma, ainda, para outra forma de dominação, talvez não tão visível, mas sem dúvida mais sofisticada.

Esta segunda parte do texto tratará de questões tais como: de que maneira Timor-Leste vem enfrentando as rápidas transformações sociais e políticas porque passou nesse início de século? Pode a independência, a custo conquistada, ser mantida e dar lugar a um país forte e coeso? Como a sua economia incipiente e frágil poderá dar conta de seus múltiplos desafios? Que papel aí terá a ajuda externa, tanto multilateral quanto bilateral?

Aqui, neste espaço, não será possível dar respostas a todas essas questões, formuladas por muitos, mas respondidas por poucos. Tentaremos discutir algumas das questões mais candentes à luz de uma abordagem sócio- histórica, acreditando que, assim, este texto ajude a iluminar, ainda que em parte, a complexa realidade que se coloca para o observador interessado.

O fim da dominação colonial portuguesa não trouxe a tão sonhada paz ao pequeno Timor-Leste. Ao contrário, o que se assistiu foi uma luta fratricida entre partidos contrários e prós a Indonésia, com a vitória da Fretilin, de conotação marxista e socialista, tendo derrotado a liberal UDT, que apoiaria a Indonésia, pelo que se depreende dos documentos e relatos da época. Seguiu-se a invasão e com ela vieram os anos de chumbo naquele país do sul da Ásia. Somente durante a invasão, as fontes locais e a ONU relatam duzentas mil pessoas mortas. Cerca de cento e sessenta mil sobreviventes refugiaram-se nas montanhas, junto aos militantes da Fretilin, fugindo da morte e da fome. O regime brutal de Suharto reprimiu, assassinou e prendeu os que resistiram. A resistência dava-se, então, em três frentes: a frente internacional, ou diplomática; o movimento clandestino no interior do país e a Igreja Católica, com o seu clero e fiéis. Coube ao clero timorense, constituído por estrangeiros e por muitos naturais do país, ser o bastião da resistência aberta, dando abrigo aos perseguidos e denunciando, ao mundo, as atrocidades ali cometidas.

Durante todo o tempo que durou a anexação à Indonésia – que alguns, dentre os próprios timorenses, chamaram de “integração” – as Nações Unidas nunca reconheceram o golpe indonésio, embora não conseguissem apoio das potências e do Conselho de Segurança senão muito tardiamente, para oferecerem uma solução ao impasse. Marcado o referendun para o dia 30 de Agosto de 1999, 78% dos votantes foram contrários à integração à Indonésia, ainda que com maior autonomia. Os timorenses sofreram, então, mais atos de violência e de vandalismo, que deixaram como resultado milhares de pessoas assassinadas e cerca de duzentos e cinquenta mil refugiados em Timor-Oeste, com a destruição de toda a infra-estrutura do país. Como consequência, as escolas todas foram vandalizadas e os alunos e professores deixados sem teto, sem ter onde se desenvolver o ensino e a formação dos jovens.

O soerguimento da nação timorense passa, então, pelos esforços múltiplos de inúmeras fontes e doadores internacionais. Entre todos, merece destaque o papel das agências multilaterais, como as Nações Unidas, Unicef e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como BIRD ou, simplesmente, como Banco Mundial. Mas no plano bilateral, sem dúvida, o maior esforço vem de Portugal.

O controle de Portugal sobre a região, hoje compreendida como Timor-Leste, foi responsável pela herança de traços culturais e históricos, registrando a presença portuguesa naquela parte da Ásia. Pode-se dizer que o regime colonial ali foi ao mesmo tempo negligente e pacífico, tendo como resultados mais visíveis a religião católica, adotada pela grande maioria, e a utilização da língua portuguesa, tanto na área administrativa como na educação. Nesse particular, a Igreja funcionou como operadora do sistema educacional português em Timor-Leste, seja em escolas primárias, seminários e mesmo em escola de formação de professores. Todavia, como notam os estudos existentes, a educação esteve restrita à elite, formada por portugueses ou pelos naturais integrados, ou seja, apenas uma pequena parcela da população.

O número insuficiente de escolas e a falta aparente de interesse por parte das autoridades coloniais foram os responsáveis pelo alto número de analfabetos, durante o período português, fato que perdura até hoje. Do ponto de vista da cultura, o modelo de educação existente enfatizava os valores católicos e era baseado na metrópole portuguesa. Não havia, como ainda não há, em número suficiente, estudos locais e livros de texto sobre a cultura, a história e a geografia timorense. O estilo do

ensino era verbalista, memorizador, conservador e autoritário, nos moldes de Portugal salazarista de então.

Hoje em dia, a questão da herança portuguesa em Timor-Leste é um fato, mas não isento de controvérsia. Quando se critica a falta de investimentos dos portugueses em educação e cultura locais, escritores como Susan Nicolai observam não ter como se afirmar que a expansão do ensino não teria sido feita nas décadas seguintes aos anos setenta, produzindo um maior acesso ao ensino nas séries correspondentes ao ensino médio. Quanto à educação e sua qualidade há, entre os timorenses mais velhos e educados, toda uma mística sobre a excelência da escola na época portuguesa, como se se tratasse, realmente, da inoculação da “alta cultura” europeia.

A chegada dos indonésios não mudaria o quadro numa direção mais liberalizante do ensino, ao contrário, o autoritarismo conservador seria a marca da nova pedagogia, baseada nos “pancasila” ou cinco pontos básicos da ideologia, que dava sustentação ao regime. De positivo, a abertura de mais escolas e o aumento do acesso, já que o regime necessitava de pessoas mais qualificadas para participar do desenvolvimento econômico da República Indonésia.

Inegavelmente, o contato prolongado com a língua portuguesa, principalmente via administração da colônia, viria trazer a incorporação de vocabulário e sintaxe ao “Tetum praça”, língua falada na capital e em algumas outras regiões. Em meio ao grande número de línguas locais e dialetos, esta seria a escolhida para constituir a língua oficial, juntamente com o Português, com a proclamação da Constituição do país, em 2002. De uma sociedade panglósica, Timor-Leste tornou-se uma nação que tem como preceito constitucional a adoção de duas línguas oficiais, que deverão torná-lo bilíngüe. A questão lingüística é, pois, fundamental, no momento em que o país procura garantir sua soberania e preservar sua identidade junto a poderosos vizinhos como Indonésia, Austrália e outros, não tão próximos, mas igualmente importantes como Filipinas e outros países do sul da Ásia. Esse tema tem sido muito debatido e mal compreendido pelos vários interlocutores que participam da ação conjunta, para dar suporte ao desenvolvimento atual do país. É preciso ver que, como afirma o antropólogo Renato Ortiz, “no processo de construção nacional, o papel do Estado é fundamental na unificação do mercado lingüístico. A unidade política se faz por intermédio da codificação e da submissão dos dialetos e das outras línguas” (ORTIZ, op. cit., p.99).

Os responsáveis, tanto pela revolução, como pela resistência armada e política à dominação indonésia, pertenciam, sem dúvida, às elites aculturadas. Muitos foram estudar na metrópole, tal como os africanos das possessões portuguesas, ou ainda em Goa ou Macau. Quando houve a diáspora, muitos se dirigiram à Austrália, Estados Unidos e lá se formaram. Foi essa mesma elite que retornou e passou a ocupar os principais postos na administração do país e no parlamento.

4-Timor-Leste na modernidade-mundo

Definindo o que chama de modernidade-mundo, Renato Ortiz observa que “História, Antropologia e Geografia se convergem na afirmação da territorialidade das culturas”. No entanto, observa aquele autor, a modernidade é o contrário da fixidez. Ela é mobilidade. Essa reflexão ajuda-nos a entender Timor-Leste no momento em que procura refazer sua identidade e, ao mesmo tempo, inserir-se na ordem globalizada. Igualmente importante é fixar-nos na questão da dominação, que não se esgota na libertação dos antigos laços ou na ruptura com os dominadores coloniais e subimperialistas, para usar aqui termos clássicos das ciências sociais. Não se pode, observa Ortiz “cair numa visão idílica na qual as relações mundializadas seriam apenas a expressão de um contato cultural indiferenciado do movimento de globalização”.

No enquadramento atual das relações de poder internacionais, o conceito novo de modernidade-mundo quer ressaltar a permanência de velhos problemas, juntamente com o surgimento de outros que podem impedir sociedades, como a timorense, de alcançar seu próprio caminho. Ao dizer que “a emergência dessa modernidade-mundo centrípeta, na qual fica difícil localizar a centralidade das coisas, não significa a ausência de poder, ou sua partilha em termos democráticos”, o autor nos mostra que a preocupação dos povos autóctones deve ser a de continuar sua busca, em novas bases, mas sem triunfalismos. Neste ponto, achamos que os estudos gerados sobre como as ex-colônias da Ásia e da África se situam neste momento, dadas as novas rupturas (inclusive em suas culturas) são, mais do que nunca, necessários. As universidades desses países e a sociedade civil organizada têm uma tarefa gigantesca pela frente: reconciliar o passado e a cultura local com a modernidade-mundo atual, de modo a preservar as conquistas sócio-históricas.

Referências Bibliográficas

HULL, Geoffrey, Timór-Lorosa'e-Timor-Leste -Identidade, Língua e Política Educacional, Instituto Camões, snt.

NICOLAI, Susan (2004). Learning Independence- education in emergency and transition in Timor-Leste since 1999, Paris: UNESCO/International Institute for Educational Planning.

NÓVOA, António (2000). Tempos da escola no espaço-mundo: Portugal, Brasil, Moçambique. In: __ & Shriewer Jürgen (eds.). A difusão mundial da Escola. Lisboa: Educa e Autores.

ORTIZ, Renato (1994). Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense.

RAMOS, Fábio Pestana (2004). No tempo das especiarias. São Paulo: Contexto.

SAHLINS, Marshall (2003). Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SECCO, Lincoln (2004). A Revolução dos Cravos e a crise no império colonial português-economias, espaços e tomadas de consciência. São Paulo: Alameda.

SMYTHE, Patrick A. (2004). “The Heaviest Blow”- the Catholic Church and the East Timor Issue. Münster: Lit Verlag.

THE WORLD BANK East Asia and Pacific Region (2002). Timor Leste, desafios para uma nação nova.